



**CÂMARA DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS**  
**Ata da 27ª reunião, realizada em 28 de março de 2019**

1 Em 28 de março de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Vanessa  
5 Coelho Naves, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
6 Rodrigo Carvalho Fernandes, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária  
7 e Abastecimento (Seapa); Túlio Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de  
8 Governo (Segov); Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência  
9 Federal de Agricultura em Minas Gerais (SFA/MG) / Ministério da Agricultura,  
10 Pecuária e Abastecimento (MAPA); Márcio Stoduto de Mello, da Empresa de  
11 Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Luiz  
12 Arthur Castanheira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
13 Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Igor Lopes  
14 Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto Santos  
15 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
16 (Faemg); Leandro Soares Moreira, da Federação dos Trabalhadores na  
17 Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Tobias Tiago Pinto Vieira, do  
18 Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de Melo, da Universidade  
19 Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do Conselho Regional de  
20 Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG). **Assuntos em pauta. 1)**  
21 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional  
22 Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Vanessa Coelho Naves  
23 declarou aberta a 27ª reunião da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris. **3)**  
24 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro  
25 Leandro Soares Moreira: “Nós até fizemos essa observação na reunião, ontem,  
26 da CNR, e achamos prudente trazer também para a CAP. Primeiro parabenizar  
27 a SEMAD, especificamente ao IGAM, por aquele trabalho de monitoramento dos  
28 parâmetros de qualidade da água, desde o rompimento da barragem de  
29 Brumadinho até a foz do Paraopeba, no município de Pompéu. Vem fazendo  
30 esse monitoramento diário, publicando no site da SEMAD, com esses boletins,  
31 que temos visto com algumas lideranças sindicais de alguns municípios, que  
32 têm serviço como informação até para o pessoal no município estar orientando  
33 e tendo contato com a prefeitura, agricultores, produtores e tal. Mas nós  
34 queríamos chamar atenção. Tem um boletim publicado no dia 7 de março, o  
35 Boletim nº 28, que traz, pela primeira vez, a análise em três pontos de captação  
36 na área da represa de Três Marias. Até então, estavam monitorando até  
37 Pompéu, até a foz do Paraopeba, e esse do dia 7 traz o resultado dessas

38 análises, algumas com uma série de metais pesados dentro do parâmetro de  
39 amostra. E um que chama atenção de alumínio dissolvido com valor acima da  
40 Deliberação Normativa do COPAM junto com o Conselho Estadual de Recursos  
41 Hídricos 01/2008. Então isso chamou atenção naquele momento porque já  
42 estava publicado no site, e não se sabe se foi erro de amostra ou o que houve,  
43 mas está constando como índice acima do permitido pela legislação. Aliado a  
44 isso, nós tivemos na semana passada a publicação, veiculação na mídia  
45 praticamente do Brasil inteiro. Aqui em Minas também se falou muito em vários  
46 sites e redes de televisão. Aquele trabalho da ONG SOS Mata Atlântica, que é  
47 uma ONG ambiental também muito respeitada pelas ações que tem na área,  
48 não só na área hídrica e de Mata Atlântica, mas se estende até mais a área de  
49 ação. Eles relatam que realizaram duas amostras – uma no dia 8 e outra no dia  
50 14 – e divulgaram até mesmo na sexta-feira, Dia Mundial da Água, que no São  
51 Francisco já havia contaminação por metal pesado fruto do rompimento da  
52 barragem em Brumadinho. Aliado a isso, no dia 19, o IGAM publicou uma nota  
53 técnica alterando o calendário ou a frequência de monitoramento desses  
54 parâmetros de qualidade, que até então eram diários. E alterou, com algumas  
55 justificativas, falando que em alguns pontos serão amostragens quinzenais,  
56 mensais, e o monitoramento da pluma permanecerá diário. Até aí, tudo bem. E  
57 até chama atenção um desses pontos da nota técnica do IGAM, que até  
58 suspende, cancela um dos pontos de amostragem, que é o ponto que está logo  
59 a jusante da cortina antiturbidez, digamos, implantada pela Vale logo após  
60 Retiro Baixo. O próprio justifica que vai retirar, que vai cancelar aquele ponto de  
61 amostra, uma vez que os dados levantados pelo IGAM mostram a ineficácia  
62 dessa cortina. Na verdade, já tinha sido divulgado por muita gente que aquela  
63 cortina não iria conter, com eficácia, os rejeitos da barragem. Então nós  
64 trazemos duas considerações com base nessa divulgação da SOS Mata  
65 Atlântica, com dados do próprio monitoramento que o IGAM fez. Nós tivemos  
66 contato, fomos abordados tanto por pescadores artesanais no município de  
67 Felixlândia para baixo, até Três Marias, não só pescadores, como piscicultores  
68 também. A barragem de Três Marias concentra a segunda maior produção de  
69 tilápia do Brasil em tanque-rede. E esses pescadores e piscicultores, com  
70 grande dificuldade de comercializar seus pescados, tanto dificuldade de  
71 comercialização quanto a queda brusca no preço dos seus pecados, porque  
72 isso soltou na mídia, então, o consumidor fica meio receoso. ‘Não vou, está  
73 contaminado’, fica aquela coisa toda muito complicada. E no momento – nós  
74 estamos na Quaresma – em que tradicionalmente é a época em que esses  
75 pescadores e piscicultores se planejam para soltar no mercado o fruto do seu  
76 trabalho. E este ano, infelizmente, é atípico para eles. Então a solicitação seria,  
77 embora talvez seja um ponto mais para o Conselho de Recursos Hídricos, mas  
78 tem a ver com a nossa Câmara, até porque tem empreendimentos produtivos lá  
79 que estão sofrendo esse impacto, podemos até dizer diretamente. Mas para que  
80 o IGAM continue esse monitoramento diário, especialmente agora na barragem

81 de Três Marias, até para tirar a limpo ou esclarecer essa situação. Tem o SOS  
82 Mata Atlântica, tem o próprio relatório do IGAM que mostra o teor de alumínio  
83 em determinado dia, dia 2, dia 3, acima. E outros. Eu estou citando o alumínio  
84 aqui porque peguei um, mas está lá no site, e tem vários outros metais pesados  
85 acima do nível permitido pela deliberação. Então o pedido principal seria que a  
86 CAP, juntamente com o COPAM, fizesse alguma ação para que o IGAM  
87 permaneça com esse monitoramento diário, até a fim de esclarecer, de  
88 informar. E digo não só pelos pescadores e piscicultores, porque na região lá  
89 está todo mundo em uma situação de alarme. Está contaminado, não está?  
90 Certamente, se comprovar mesmo que está, isso vai servir até para o próprio  
91 Ministério Público, que está fazendo a sua ação, ampliando a área de questão  
92 de indenização e tudo. Então seria essa colocação. Só para complementar, nós  
93 até tivemos conhecimento de que ontem, na terça ou na segunda foi publicada  
94 uma outra nota técnica do IEF, juntamente com o próprio IGAM e outras  
95 instituições, confrontando ou de certa forma ‘tranquilizando’ – digamos entre  
96 aspas –, no momento em que afirma com algumas informações que o rejeito  
97 não chegou ainda a Retiro Baixo. Então fica aquele monte de informação solta,  
98 um fala isso, outro fala aquilo. Essa nota técnica do IEF, de certa forma,  
99 confronta um próprio dado do IGAM. Só lembrando que o monitoramento diário  
100 não é só do IGAM: são o IGAM, a Agência Nacional de Águas, a Copasa e o  
101 Serviço Brasileiro Geológico, que tem feito esse monitoramento diário. Mas o  
102 motivo da nossa primeira colocação seria isso, que a própria CAP, junto com o  
103 IGAM, a SEMAD, o IEF, o conjunto do meio ambiente, possa estar continuando  
104 com esse monitoramento ou prestando esclarecimento de forma mais segura  
105 para a população que está nessa situação muito delicada.” Presidente Vanessa  
106 Coelho Naves: “Conselheiro, é muito pertinente essa preocupação uma vez que  
107 coloca em questionamento as condições de utilização do pescado na região. Eu  
108 vou levar essa preocupação ao IGAM e ao IEF para que possam ser feitos os  
109 esclarecimentos devidos em tempo hábil. Complementarmente, vamos solicitar  
110 que o IGAM faça uma apresentação aqui na CAP sobre a situação desse  
111 monitoramento e que justifique melhor a metodologia de monitoramento que  
112 eles têm utilizado.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Leandro,  
113 você falou que o IGAM está com essa proposta de levantamento das coletas de  
114 amostra. A ANA e as outras instituições que você citou também estão na  
115 mesma linha do IGAM ou continuam fazendo o monitoramento independente do  
116 IGAM?” Conselheiro Leandro Soares Moreira: “Parece que é um trabalho em  
117 conjunto do IGAM com a ANA, a Copasa e o Serviço Geológico Brasileiro, que  
118 estão fazendo esse trabalho em conjunto, de amostras. E trazem no boletim  
119 divulgado diariamente. Está até no site da SEMAD e muito bem colocado, com  
120 uma transparência até relativamente interessante, que a única diferença é que  
121 em alguns pontos a Copasa retira amostra, em outros é o IGAM e em outros a  
122 ANA. Mas a publicação é assinada pelas quatro instituições. Então entendemos  
123 que é um trabalho conjunto com quatro instâncias, governo estadual, federal,

124 com expertise na área. A ANA, o IGAM, a Copasa e o Serviço Geológico  
125 Brasileiro. A publicação é conjunta, o trabalho, onde cada um retira amostra, eu  
126 confesso que não cheguei a esse nível de detalhe. Mas é um trabalho realizado  
127 em conjunto.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “É uma rede de  
128 monitoramento conjunto. Algumas dessas entidades já possuem pontos fixos de  
129 coleta. Em decorrência do acidente, foram implementados novos pontos, mas é  
130 um trabalho conjunto.” Conselheiro Luiz Arthur Castanheira: “Sobre a nota  
131 técnica que foi divulgada anteontem ou ontem, é do Ibama e é conjunta. A nota  
132 visa esclarecer justamente o rigor científico que se deve ter em uma análise de  
133 um problema tão grave. Porque, além da tragédia humana que ocorreu, tem um  
134 grande problema ambiental. Mas também não podemos sair aí decretando a  
135 morte de um rio, quando o tempo de residência da água na barragem de Retiro  
136 Baixo, o tempo em que a água entra na barragem de Retiro Baixo e sai lá na  
137 outra ponta é de cinquenta e poucos dias. Então há 60 dias do acidente já falar  
138 que a água já está lá na represa de Três Marias é um pouco apressado. São  
139 vários pontos de coleta de amostra que estão sendo coletadas por alguns  
140 públicos, de fé pública, que têm uma cadeia de custódia dessas provas que  
141 estão sendo coletadas, analisadas, publicadas. E aí chega e fala ‘o rio  
142 Paraopeba morreu’. É uma coisa que leva pânico à sociedade, prejuízo  
143 econômico. Temos que ter muito cuidado na hora de divulgar dados. E essa  
144 nota técnica visou justamente isso por parte do Ibama e do IEF, para tranquilizar  
145 um pouco, sim, a população e dizer que o trabalho tem que ser feito, mas com  
146 rigor científico.” Conselheiro Leandro Soares Moreira: “Só para reforçar,  
147 certamente, esse conjunto IGAM, ANA, Copasa, eu acredito que deve estar  
148 seguindo todo o procedimento técnico. Isso com certeza. Tem a questão da  
149 ONG Mata Atlântica, que fez a divulgação da amostra dela. Nós vimos  
150 questionando os parâmetros, e foram seguidos realmente os parâmetros e  
151 todos os cuidados devidos, técnicos, que se precisam ter. Mas o que chamou  
152 talvez um pouco a atenção é que esse próprio boletim diário desse conjunto de  
153 instituições apresentava algumas informações que é o que exatamente deixa a  
154 população ali se questionando. ‘Afim de contas, quem é que está certo, qual é  
155 a informação em que realmente devemos confiar?’ E um outro agravante é que,  
156 por exemplo, a informação ganhou uma certa notoriedade. Vamos pegar o caso  
157 da SOS Mata Atlântica. Chegou a um nível de divulgação, de mídia, de rede  
158 que, de certa forma, é muito mais amplo, com alcance maior do que a própria  
159 nota técnica desta semana. Talvez seja a hora de também dar uma maior  
160 publicidade a essas informações, para tranquilizar mesmo a população. O  
161 prejuízo já está dado, e precisamos amenizar, pelo menos, esses impactos.”  
162 Conselheiro Luiz Arthur Castanheira: “A questão é essa, a nota técnica não  
163 questiona nenhum dado que foi publicado, do IGAM, ela confirma os dados e  
164 tudo mais. Acontece o seguinte, existem dados que foram coletados que podem  
165 ser discrepantes em uma sequência de amostra. E pode ser que não tenham  
166 relação exclusiva com o derramamento. Por exemplo, encontraram peixes

167 mortos abaixo da jusante de Retiro Baixo que, aparentemente, não estão  
168 relacionados com o fato. E ao mesmo tempo, enquanto se falava de uma  
169 grande mortalidade de peixes, que seria crônica, o que se percebeu – os  
170 biólogos do Ibama que percorreram coletando amostra e tudo mais – foi o  
171 seguinte: que houve uma grande morte de peixes aguda. No momento do  
172 estouro da barragem, depois durante uma certa chuva que houve, muito  
173 intensa, aí teve grande morte de peixes. Mas não até agora uma coisa crônica  
174 que tem matado peixes. E as análises histopatológicas dos peixes  
175 contaminados ainda estão sendo perseguidas. Então não dá para falar que  
176 morreram todos os peixes do rio Paraopeba.” Conselheiro Carlos Alberto Santos  
177 Oliveira: “Em março do ano passado foi publicado o Decreto 47.383, que  
178 regulamenta aspectos dos procedimentos da Secretaria de Meio Ambiente, de  
179 licenciamento ambiental etc. E também estabelece valores para as multas por  
180 desobediência à legislação. Nada contra multar quem não segue a lei. Mas a  
181 Faemg entendeu que as multas estão fixadas em valores muito altos.  
182 Inexplicavelmente, os valores extrapolam, em muito, aqueles valores que foram  
183 fixados no decreto anterior, o 44.844. Houve uma audiência pública na  
184 Assembleia Legislativa em que esse assunto foi discutido junto com outros, e a  
185 Faemg continuou insistindo pela necessidade de se fazer alguma coisa. Os  
186 setores produtivos, de um modo geral, foram convidados a fazer ponderações a  
187 respeito das multas do Decreto 47.343. Nós fomos muito bem recebidos lá pela  
188 Superintendência de Fiscalização, apresentamos as nossas ponderações,  
189 apresentamos nossas sugestões por escrito. Voltamos a uma nova rodada de  
190 discussão. Mas Dra. Vanessa, nós, eu, pessoalmente, e a Federação da  
191 Agricultura estamos com o pensamento muito pessimista de que, mesmo que  
192 se forem adotadas algumas sugestões, àquelas mais agudas parece que não  
193 houve uma boa recepção pela Secretaria de Meio Ambiente. Uma vez que a  
194 própria SEMAD entendeu e nos convidou para conversar, é de se esperar que  
195 essa revisão seja feita. E nós estamos imaginando que, se não for na medida  
196 em que entendemos que é adequado e necessário, vai ser de se lamentar,  
197 porque agora não tem mais jeito. E vai ser difícil para a Secretaria de Meio  
198 Ambiente tirar o chapéu de que ela não tem intenções de arrecadar. E tem  
199 algumas coisas, conselheiro Emílio, tem um item que é de fundamental  
200 importância, no entendimento da Faemg, que é aquela confissão que está lá no  
201 decreto, a denúncia espontânea. A atividade agrícola existe desde os tempos  
202 dos tempos dos tempos. Antes de o Brasil ser descoberto, já tinha agricultura  
203 aqui na região, antes da legislação, antes da Constituição etc. A denúncia  
204 espontânea é o mecanismo que me autoriza a chegar lá ao órgão ambiental,  
205 protocolar o meu pedido de licenciamento. Se estou protocolando meu pedido  
206 de licenciamento, é sinal de que eu não tenho licença. Mas a Constituição  
207 manda que todo mundo tenha licença, a Lei dos Crimes Ambientais também  
208 manda que todo mundo tenha licença. O que me segura, o que me salva? É a  
209 denúncia espontânea. Então o funcionário da Secretaria do Meio Ambiente vai

210 aceitar o meu pedido de licenciamento e não vai me multar nem vai cortar meu  
211 pescoço porque tem lá a denúncia espontânea. Esse é o princípio da denúncia.  
212 Nesse Decreto 47.383 eles tiraram a denúncia espontânea, e a explicação que  
213 foi dada foi porque ela ficou no decreto anterior durante dez anos e, se em dez  
214 anos, nada aconteceu ou não aconteceu uma coisa muito boa, então tem que  
215 tirar. Então hoje o agricultor pequeno, médio ou grande que for lá fazer a licença  
216 ambiental está sujeito a ser penalizado. E tem mais, se o funcionário não  
217 penalizá-lo, o funcionário é culpado. Diante de uma desobediência à legislação  
218 ambiental, eu não tenho direito de fechar os olhos. Então estamos aqui fazendo  
219 esse depoimento, fizemos ontem na CPB, fizemos também na CNR e aonde for  
220 possível nós vamos fazer. E nós esperamos muito que a Secretaria de Meio  
221 Ambiente reveja esse pensamento de que a denúncia espontânea tem que sair  
222 da nova regulamentação. Nós estamos falando isso aqui para a Dra. Vanessa e  
223 os colegas da CAP na esperança de que a senhora retorne com esse assunto lá  
224 dentro. O Dr. Malard falou, deu as explicações que ele entendia, e na CNR  
225 também foram dadas as explicações, mas falaram que iam levar a questão e  
226 alertar o secretário.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada, conselheiro.  
227 Eu também vou reforçar a preocupação do senhor junto ao GT que está  
228 fazendo a revisão das infrações do Decreto 47.383.” Conselheiro Emílio Elias  
229 Mouchrek Filho: “Senhora presidente, o que nós ouvimos há muito tempo onde  
230 vamos registrar algum FCE, onde vamos fazer alguma coisa – eu acho isso até  
231 mais grave do que está sendo colocado aqui –, é que o produtor tem obrigação  
232 de saber o texto das leis que saem. É isso que se diz. Ele não tem obrigação de  
233 saber, porque está cuidando do seu rebanho, da sua irrigação. Então ele não  
234 tem que saber da vida diária do órgão ambiental. E esse é um dos argumentos  
235 que são colocados para mim quando fala assim: ‘A gente não sabia disso, isso  
236 é uma coisa nova, é uma coisa de ontem para hoje ou de anteontem para hoje.  
237 O que se escuta dizer: ‘Vocês têm obrigação de saber das novas  
238 determinações. Reforçando aí o que o colega Carlos Alberto fala pela Faemg,  
239 eu estou falando pelo Crea. Aonde nós vamos no Estado de Minas escutamos  
240 isso. E ainda bem que a senhora está colocando que o comitê apropriado está  
241 revendo essa situação. Eu não vou dizer que é uma forma de ganhar dinheiro  
242 nas costas, por isso que eu vim aqui, mas tem uma coisa muito mais séria  
243 ainda, que é entender que o produtor rural tem que saber de tudo que acontece  
244 de novo no órgão ambiental. Isso é muito sério, e eu queria fazer esse registro.”  
245 Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Só para complementar, a parte  
246 mais importante que eu tinha que falar eu não falei. Não é só o produtor rural,  
247 mas todo cidadão. Uma vez publicada a lei, a norma, todo mundo sabe. Se não  
248 sabe, paciência. Mas o que eu queria dizer, Vanessa, é que nessa questão do  
249 licenciamento ambiental o grande desafio da Secretaria de Meio Ambiente, da  
250 Fetaemg, da Faemg é trazer 450 mil pequenos e médios produtores que estão  
251 fora do licenciamento. Nós levamos um baile danado, fazemos palestras,  
252 fazemos cartilhas, falamos que tem que licenciar, e o resultado não é animador.

253 Então esse é o grande desafio que nós todos temos, que é trazer 450 mil – a  
254 maioria de pequenos e micros – para o licenciamento ambiental.” Presidente  
255 Vanessa Coelho Naves: “Eu só queria colocar que a SEMAD tem desenvolvido  
256 um procedimento – e é uma meta para essa gestão atual – de fazer  
257 fiscalizações orientativas, no sentido, principalmente, em relação ao pequeno  
258 agricultor. E neste ano essas ações estão voltadas principalmente para essas  
259 fiscalizações orientativas no setor agrossilvopastoril. Então isso já foi realizado  
260 na gestão passada, em relação à indústria, e também está sendo implementado  
261 neste ano no setor agrossilvopastoril. Não é objetivo da SEMAD arrecadação no  
262 que diz respeito a aplicação de multas, mas a regularização, a adequação  
263 dessas atividades.” Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Só  
264 voltando à fala do Leandro, a preocupação com a comercialização dos produtos  
265 da piscicultura da região de Três Marias. Então nós entendemos o seguinte. Eu  
266 não sei como está sendo feita essa questão das análises desses peixes no  
267 decorrer do leito e também na área produtiva. Talvez se fizesse também uma  
268 análise da área produtiva para demonstrar que esses teores não estão nesses  
269 produtos, pode facilitar o marketing para permitir a comercialização desses  
270 produtos, principalmente nessa época de Quaresma. E o impacto social desse  
271 desastre não foi só nessa região. A Fabiana, do Sebrae, me ligou ontem falando  
272 que estava indo para Capitólio, que também está tendo problema na  
273 comercialização da piscicultura. Então eu acho que deveríamos provocar para  
274 ter uma análise desses produtos e fazer um marketing maior em cima disso, as  
275 instituições ajudarem nisso. Porque eu estou vendo que os produtores estão  
276 sendo prejudicados não só na venda dos produtos, como também no  
277 escoamento. E foi falado, na semana passada, na reunião do Grupo Gestor do  
278 Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, pelo Dr. Feliciano, da  
279 SEMAD, exatamente sobre isso, a questão do escoamento. Então eu acho que  
280 a minha preocupação e do Ministério da Agricultura está muito ligada com a  
281 comercialização e o escoamento da produção dessas áreas que foram atingidas  
282 pelo desastre. Além do impacto emocional e social, o impacto do agronegócio  
283 desses produtores. Então essa é uma preocupação, e eu acho que nós temos  
284 que encontrar uma forma de viabilizar uma resposta a essas questões que você  
285 está colocando, e o marketing é, para mim, um dos pontos que têm que ser  
286 reforçados.” Conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira: “Primeiro eu gostaria de  
287 voltar àquele questionamento que eu fiz na última reunião, sobre os piscinões,  
288 se foi feita alguma nova nota, alguma nota técnica sobre o tema. Só mesmo no  
289 intuito de nos informar caso tenha sido feito algum novo trabalho, porque nós  
290 ainda não sabemos. E gostaria também de comunicar que houve, na última  
291 semana, a entrega de um diagnóstico feito em Paracatu, em parceria da  
292 Irriganor, com a presença da secretária de Agricultura e com o pessoal do  
293 Sebrae, que fizeram o diagnóstico do Santa Isabel, que é o manancial que  
294 abastece a cidade, com a metodologia do ZAP. Então finalmente nós estamos  
295 vendo o ZAP sendo realmente aplicado, em um diagnóstico tão importante, que

296 vai ajudar na gestão da Bacia que abastece a cidade e que é uma Bacia que  
297 está inserida também na área de conflito 03/2018, que está a maior confusão  
298 para se resolver isso lá. Mas é com esse diagnóstico e esses novos resultados  
299 que apresentaram que nós vamos poder fazer alguma busca de recurso.  
300 Inclusive, o Comitê do Paracatu já tem uma conversa amadurecida com o São  
301 Francisco para aporte de R\$ 1,5 milhão na Bacia. Então nós vamos usar esse  
302 diagnóstico, esses levantamentos feitos. Tudo bem, ZAP, imagens de satélite,  
303 existem várias críticas sobre o tema, mas é uma conversa inicial, um pontapé  
304 que nós vamos dar para buscar esse recurso.” Presidente Vanessa Coelho  
305 Naves: “Conselheiro, eu vou reforçar, junto à Secretaria de Regularização, que  
306 traga alguma resposta a respeito dos piscinões.” **4) EXAME DAS ATAS DA 24ª**  
307 **E DA 26ª REUNIÕES.** Aprovadas por unanimidade as atas da 24ª e 26ª  
308 reuniões da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris, realizadas em 20 de  
309 dezembro de 2018 e 21 de fevereiro de 2019, respectivamente. Registrada  
310 retificação na ata da 24ª reunião: linha 477, onde está escrito “região”, lê-se  
311 “reunião”. Registrada ausência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
312 Agrário (Seda) na votação das duas atas. **5) STATUS DE IMPLEMENTAÇÃO**  
313 **DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE MINAS**  
314 **GERAIS REFERENTE AO CADASTRO AMBIENTAL RURAL. Apresentação:**  
315 **IEF.** Mariana Lobato Megale de Souza Lima, gerente de Cadastro Ambiental  
316 Rural/IEF, fez apresentação à Câmara sobre o status de implementação da  
317 Política de Regularização Ambiental no Estado de Minas Gerais referente ao  
318 Cadastro Ambiental Rural (CAR). O conteúdo da exposição foi disponibilizado  
319 no site da SEMAD. **Manifestações.** Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho:  
320 “Quando a senhora fala de cancelamento de inscrição com análise de cem  
321 processos, a senhora pode dar um pouco mais de detalhes? É sombreamento,  
322 é metodologia inadequada, é plataforma? Naturalmente, é só uma amostra, e  
323 essa amostra vai aumentar aqui, tendo em vista o aumento muito grande do  
324 número de CAR registrados. A senhora podia dar uma panorâmica?” Mariana  
325 Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “No ano passado, eu até falei, quando foi  
326 publicada a Portaria do IEF. Tem uma Portaria que regulamenta esse  
327 cancelamento de inscrição do imóvel rural. Muitos usuários se cadastraram,  
328 fizeram inscrições de forma contrária ao que a Instrução Normativa do Ministério  
329 do Meio Ambiente coloca. Conceito de imóvel rural. Tem muitos casos em que a  
330 pessoa cadastrou a matrícula. É mais ou menos nesses casos que se exige um  
331 processo de cancelamento. Por exemplo, uma pessoa tem dez matrículas,  
332 então fez dez inscrições. Ela entra com pedido de cancelamento junto ao IEF e  
333 pede o cancelamento das nove inscrições. É lógico que fazemos uma análise  
334 técnica em cima disso para ver se procede ou não o pedido de cancelamento e  
335 aí autorizamos esse cancelamento. Mas é só para corrigir esses erros de  
336 desconformidade com o que a Instrução Normativa do Ministério do Meio  
337 Ambiente coloca. E também tem a questão de município. Muitas vezes, estão  
338 cadastrados em outro município por erro, às vezes, da base em que foram



339 cadastrados. Como não retifica o município, então tem que entrar com pedido  
340 de cancelamento. Mas os pedidos são analisados, tem uma análise técnica em  
341 cima dos pedidos, e aí nós fazemos tudo em conformidade com a Portaria 66 do  
342 IEF.” Conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho: “O percentual de sombreamento  
343 de fazendas vizinhas contíguas, a senhora já fez esse estudo, tem uma ideia e  
344 pode passar para nós?” Mariana Lobato Megale de Souza Lima/IEF: “Nós  
345 fizemos um levantamento, ano passado, até por Unidade Regional. Eu posso  
346 até trazer depois aqui se precisarem. Nós fizemos, e deu mais ou menos 11%, o  
347 que não é um percentual muito alto em relação à realidade do Estado. Tem  
348 Regional que chega a 7% de sobreposição. Lógico que esses erros vão ser  
349 corrigidos ao longo do processo, principalmente na análise. E hoje sabemos que  
350 tem sobreposição, não tem como não ter sobreposição por causa da realidade  
351 fundiária e da própria inscrição dos imóveis, como é realizada. Porque tem os  
352 imóveis cuja inscrição é realizada por meio de croqui, que é à mão livre, e os  
353 imóveis acima de 4 módulos, que são georreferenciados, o que corresponde à  
354 maior parte do Estado. Então teoricamente tem menos erros. Nós pegamos até  
355 com outros Estados, a taxa de sobreposição está até baixa. Eu fiquei  
356 surpreendida quando saiu o resultado dessa taxa de sobreposição.” Conselheiro  
357 Rodrigo Carvalho Fernandes: “Mariana, parabéns pela apresentação. Eu quero  
358 ressaltar aqui a parceria que a Seapa teve no momento do CAR, que foi  
359 preponderante. Nós até capitaneamos o processo junto à Fundecc, da Ufla,  
360 para fazer o Sicar off-line, enfim, a coirmandade, a parceria de sempre entre  
361 Seapa e SEMAD. E quero enaltecer o CAR, embora ele ainda requeira o  
362 módulo de análise, mas ele ajuda a desmistificar e quebrar um dos maiores  
363 paradigmas e um dos estereótipos extremamente injustos, principalmente por  
364 parte da sociedade urbana, de orientar o nosso produtor rural, que o  
365 literalmente salva a lavoura, com toda a nobreza de produzir alimentos, fibras,  
366 energia, combustível. Produzir e preservar com maestria. Mas o CAR ajuda a  
367 desmistificar, por exemplo, rótulos de produtores como desmatadores. Então  
368 ainda requer análise, mas mostra que os itens de reserva legal estão sendo  
369 fidedignamente preservados, as áreas de preservação permanente. Então a  
370 ciência pacífica e justifica mostrando que os produtores rurais serão os grandes  
371 protagonistas, não só no CAR, mas no próprio PRA. Aí entram duas perguntas:  
372 nós sempre fomos vanguardistas na esfera ambiental, na esfera de defesa  
373 agropecuária, tanto a SEMAD quanto a Seapa. Por que o PRA não está na  
374 celeridade que gostaríamos. No último recorte, eu acho que doze Estados da  
375 Federação ou um pouco mais que isso já têm o PRA regulamentado. Por que o  
376 nosso ainda não está nesse patamar? E das estatísticas do CAR, entrando na  
377 pergunta do Carlos, voltando ao decreto das infrações, do topo da prateleira que  
378 nós pedimos, manter essa benesse, entre aspas, da denúncia espontânea,  
379 porque é mais uma alternativa para trazer a segurança jurídica para os  
380 produtores. E foi alegado pelo Antônio Claret que a denúncia espontânea é para  
381 aquele produtor que jamais teve algum contato com qualquer órgão do meio

382 ambiente. Minas Gerais sintetiza o Brasil, então nós temos alguns rincões,  
383 comunidades tradicionais que talvez não tenham tido contato. Mas o próprio  
384 CAR mostra, no último Censo Agropecuário, eram 550 mil propriedades rurais, e  
385 estamos com mais de 700 mil. Então o Antônio falou que o CAR é um contato.  
386 Realmente é um contato com a SEMAD, então não faria jus mais a denúncia  
387 espontânea. Então eu acho que há uma dificuldade de interpretação no que é a  
388 denúncia espontânea. Eu não sou jurista, mas, relativamente, sei que  
389 transgredi, cometi alguma irregularidade, mas estou tendo a altivez e me  
390 propondo a regularizá-la. Então eu acho que a denúncia espontânea tem que  
391 ser em um pensamento um pouco mais holístico. Não é só aquele que não  
392 sabia que transgrediu, mas, mesmo que sabe que cometeu alguma  
393 irregularidade, está predisposto a saná-la. Então deixar esse recado também,  
394 Vanessa, para voltar a denúncia espontânea, porque o que eles contra-  
395 argumentaram foi que não tinha nenhum contato, e o próprio CAR mostra que o  
396 contato está superado, estatisticamente, talvez algumas pontualidades. Mas  
397 ampliar o conceito para mais holística da denúncia espontânea, para quem teve  
398 contato, mas para quem quer se regularizar e ter essa oportunidade.”  
399 Presidente Vanessa Coelho Naves: “Obrigada, conselheiro. Eu queria também  
400 colocar que o CAR é uma oportunidade de regularização, é o programa de  
401 regularização. Sobre as informações do CAR não incide nenhuma penalidade  
402 sobre infrações cometidas antes do marco legal. O CAR em si já é uma  
403 oportunidade de regularização dos imóveis rurais.” Mariana Lobato Megale de  
404 Souza Lima/IEF: “O PRA já teve avanços. Na realidade, nós começamos no ano  
405 passado com as oficinas. Eu acho que muitas das instituições que estão aqui  
406 presentes participaram. Nós começamos um processo participativo de ouvir  
407 mesmo essas entidades e resgatar o que queríamos para o PRA de Minas  
408 Gerais. Então começamos a reunir todas essas informações e agora já estamos  
409 compilando essa minuta, já temos essa minuta regulamentada. Não são todos  
410 os Estados também que estão implementando o PRA. Tem alguns Estados,  
411 principalmente do Norte do país, que realmente avançaram muito. Primeiro por  
412 causa de recurso que eles receberam e também por causa do território deles.  
413 Nós vimos, por exemplo, Acre e Rondônia, que são Estados menores, que  
414 conseguiram avançar mais nisso. Igual eu ressaltar, a questão de Minas Gerais  
415 nós temos que realmente discutir um pouco mais o território, que é gigantesco,  
416 e os problemas também são muitos. Então eu acho que temos que colocar na  
417 balança realmente o que queremos enquanto PRA e até definir esse fluxo de  
418 operacionalização dentro do órgão ambiental. Porque esbarra também um  
419 pouco em análises, é isso que estamos também vendo dentro do PRA. Mas a  
420 minuta já está em vias de finalizar, e aí vai começar esse processo de  
421 discussão de novo. Eu acho que vão rodar as entidades. Se não me engano, no  
422 ano passado, o pessoal fez algumas apresentações aqui de como estava o  
423 estágio de implementação. Se for necessário, às vezes, trazer de novo como  
424 está o status disso. Mas eu acho que agora vamos conseguir avançar um pouco

425 mais no PRA para ter publicada a norma e aí, sim, começar a executar os PRAs  
426 dentro do Estado de Minas.” Presidente Vanessa Coelho Naves: “Eu gostaria  
427 até de fazer uma atualização. A SEMAD e o IEF vêm trabalhando intensamente,  
428 desde o ano passado, em uma série de regulamentações das ações  
429 necessárias tanto para análise do CAR, quanto para implementação do PRA.  
430 Então no decorrer do ano de 2018 foi feito esse trabalho que a Mariana colocou,  
431 uma construção participativa, integrada, para regulamentação do PRA. E  
432 também estamos com uma minuta praticamente concluída, que regulamenta a  
433 análise do Cadastro Ambiental Rural, e com o cronograma já para o ano de  
434 2019. Após a publicação da regulamentação de análise do CAR, treinamento  
435 dos nossos Regionais para já iniciar a análise do CAR neste ano. Até o mês de  
436 julho nós já temos a previsão de um projeto piloto aqui na Central Metropolitana  
437 para iniciar essa metodologia, testar essa metodologia de análise. Assim que a  
438 minuta estiver finalizada, é intuito do IEF também colocar em discussão a  
439 minuta junto ao setor agrossilvopastoril, junto à Seapa, a Faemg, para que  
440 consigamos refinar essa metodologia. É um número muito grande de atos  
441 normativos que estão pendentes de publicação, mas já em estado bem  
442 adiantado de finalização para que consigamos, realmente, no ano de 2019,  
443 implementar a análise do CAR e evoluir no PRA.” **6) PROCESSOS**  
444 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**  
445 **CORRETIVA. 6.1) Oscar José Gontijo. Granja Santa Clara. Avicultura;**  
446 **criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em**  
447 **regime extensivo. Divinópolis/MG. PA 07610/2004/005/2017. Classe 4**  
448 **(conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação:**  
449 **Supram Alto São Francisco. Licença concedida por unanimidade nos termos**  
450 **do Parecer Único, com abstenção do Ibama e ausência da Seda. 6.2) Wanderle**  
451 **Fagundes. Fazenda Patrona. Lugar Godoyra. Matrícula 33.926.**  
452 **Suinocultura. Araguari/MG. PA 4456/2007/005/2017. Classe 4 (conforme Lei**  
453 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram**  
454 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Licença concedida por unanimidade nos**  
455 **termos do Parecer Único, com abstenção do Ibama e ausência da Seda. 6.3)**  
456 **José Ribeiro de Carvalho. Fazenda Montevideu, Cachorro, Buenos Aires,**  
457 **Retiro Saco dos Bois e Barreirão. Criação de ovinos, caprinos, bovinos de**  
458 **corte e búfalos de corte (extensivo). Lagoa Grande/MG. PA**  
459 **50248/2004/002/2014. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14,**  
460 **inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Noroeste. Licença concedida por**  
461 **maioria nos termos do Parecer Único, com voto contrário da Ufla, abstenção do**  
462 **Ibama e ausência da Seda. Justificativa de voto contrário. Conselheiro Lucas**  
463 **Amaral de Melo: “Eu não me sinto à vontade para votar a favor, com base no**  
464 **que eu argumentei, que eu acho que não foi bem caracterizado o**  
465 **empreendimento do ponto de vista ambiental.” 6.4) Condomínio de Irrigação**  
466 **Paracatu Entre Ribeiros. Canais de irrigação. Paracatu/MG. PA**

467 **5419/2004/001/2017. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste.** Licença  
468 concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com abstenção do  
469 Ibama e ausência da Seda. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME**  
470 **DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) Amauri Pinto Costa.**  
471 **Avicultura. Itanhandu/MG. PA 00319/2005/007/2019. Classe 4 (conforme Lei**  
472 **nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de**  
473 **Minas.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do Mover. **8)**  
474 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a  
475 presidente Vanessa Coelho Naves agradeceu a presença de todos e declarou  
476 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

477  
478 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

479  
480  
481 **Vanessa Coelho Naves**

482 **Presidente suplente da Câmara de Atividades Agrossilvipastoris**